

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Através da análise do Documento de Formalização de Demanda e consulta à área requisitante, foi identificada a seguinte necessidade:

Fornecimento de pães para o café da tarde dos servidores desta Autarquia.

- 1.1.1. Foi feito levantamento entre os servidores para atestar a quantidade e tipo de pães a serem fornecidos. Conforme listagem assinada anexa a este Estudo Técnico Preliminar, o pão da preferência da maioria é o pão de doce.
- 1.1.2. A estimativa de quantidade a ser pedida é de aproximadamente 127 (cento e vinte e sete) pães por dia, sendo 34.000 (trinta e quatro mil) pães durante 12 (doze) meses. Tal quantidade está comprovada no anexo a este ETP.
- 1.1.3. Não é compensatório que a Autarquia produza o pão em sua cantina, haja vista não possuir o forno, não ter em seu quadro de servidores a mão de obra suficiente para tal produção, nem tempo adequado. A produção do pão na Autarquia demandaria a compra de forno adequado e de matéria-prima, o que se tornaria inviável para o SAAE FORMIGA, uma vez que o fornecimento através de padaria possui um custo menor.
- 1.2. Cabe ressaltar que os itens listados nesse ETP são considerados “comuns”, pois se enquadram na classificação nos termos do item XIII, do art. 6º, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, “bens e produtos comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;”.
- 1.3. A contratação terá o prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da administração desta Autarquia.
- 1.4. Justifica-se o fornecimento de pães para o café da tarde dos servidores desta Autarquia pelos seguintes motivos:
 - 1.4.1. Promoção do Bem-Estar dos Servidores: Oferecer pães e outros alimentos pode contribuir para o bem-estar e a satisfação dos servidores, proporcionando um ambiente de trabalho mais agradável e saudável. Isso pode refletir positivamente na moral e motivação dos funcionários.
 - 1.4.2. Melhoria da Produtividade: Alimentação adequada pode ajudar a manter a energia e a concentração dos servidores, potencialmente aumentando a produtividade e a eficiência no trabalho. Pães, como parte de uma oferta de alimentos, podem ajudar a manter os servidores energizados ao longo do expediente.
 - 1.4.3. Cumprimento de Políticas de Saúde e Segurança: Em alguns casos, a oferta de alimentos pode ser parte de políticas voltadas para a saúde e segurança no ambiente de trabalho. Garantir que os servidores tenham acesso a alimentos adequados pode ajudar a evitar problemas relacionados à baixa de energia e concentração durante o expediente.
 - 1.4.4. Incentivo à Permanência e Redução de Ausências: Oferecer benefícios como pães pode contribuir para a retenção de talentos e reduzir a frequência de ausências não programadas, pois os servidores podem se sentir mais valorizados e satisfeitos com o ambiente de trabalho.
 - 1.4.5. Fortalecimento do Espírito de Equipe: A disponibilização de alimentos pode promover momentos de integração entre os servidores, ajudando a fortalecer o espírito de equipe e a colaboração entre os membros da autarquia.

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO

Rua Antônio José Barbosa, 723– Bairro Santa Luzia – Formiga / MG

CNPJ: 16.782.211/0001-63 – (37) 3329-2758 – CEP: 35.570-660

www.saaeformiga.com.br – saaeformiga@hotmail.com

1.4.6. Alinhamento com Políticas de Gestão de Recursos Humanos: Se a aquisição de pães estiver alinhada com as políticas de gestão de recursos humanos da autarquia, pode ser vista como uma prática de valorização e reconhecimento dos servidores, refletindo o compromisso da administração com o bem-estar dos funcionários.

1.4.7. Resposta a Necessidades Operacionais: Em alguns contextos, especialmente durante longas jornadas de trabalho ou eventos especiais, a oferta de alimentos como pães pode atender a necessidades operacionais e garantir que os servidores possam continuar seu trabalho sem interrupções prolongadas para refeições.

1.5. Para o interesse público, justifica-se o fornecimento de pães para o café da tarde dos servidores desta Autarquia pelas seguintes razões:

1.5.1. Melhoria das Condições de Trabalho: Garantir que os servidores tenham acesso a alimentos básicos, como pães, contribui para a melhoria das condições de trabalho. Isso pode resultar em maior satisfação e bem-estar dos servidores, impactando positivamente o ambiente de trabalho e o serviço prestado à comunidade.

1.5.2. Promoção da Saúde e Bem-Estar: Oferecer alimentos durante o expediente pode ajudar a promover a saúde e o bem-estar dos servidores, reduzindo a fadiga e melhorando a concentração. Servidores saudáveis e bem alimentados são mais propensos a oferecer um serviço de qualidade à população.

1.5.3. Aumento da Produtividade e Eficiência: Servidores que têm acesso a alimentos adequados tendem a ter mais energia e melhor foco, o que pode levar a um aumento na produtividade e eficiência no atendimento das demandas e na execução das tarefas da autarquia.

1.5.4. Incentivo ao Trabalho em Longas Jornadas: Em situações que exigem jornadas de trabalho mais longas, a disponibilidade de alimentos pode ajudar a manter a moral e a disposição dos servidores, evitando interrupções frequentes e mantendo a continuidade dos serviços públicos.

1.5.5. Valorização e Reconhecimento dos Servidores: A aquisição de pães pode ser vista como uma forma de valorização e reconhecimento dos servidores pelo seu empenho e dedicação. Isso pode contribuir para um ambiente de trabalho mais positivo e para a retenção de talentos.

1.5.6. Desenvolvimento de Políticas de Bem-Estar: A inclusão de alimentos básicos na rotina dos servidores pode estar alinhada com políticas de bem-estar e saúde no trabalho, refletindo um compromisso da autarquia com a qualidade de vida dos seus funcionários e com a eficiência do serviço público prestado.

Essas razões demonstram como a aquisição de pães pode beneficiar não apenas os servidores, mas também o funcionamento eficiente e eficaz da autarquia, promovendo o interesse público e o bem-estar da comunidade atendida.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. O Plano de Contratações Anual (PCA) é fundamentado pelo artigo 12 da Lei 14.133/2021:

“VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar

as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. (Regulamento)

§ 1º O plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput deste artigo deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos.”

2.2. A Autarquia não possui o Plano de Contratações Anual (PCA).

2.3. Conforme solicitação de compra número 121/2024, anexa a este estudo técnico preliminar, há a seguinte dotação orçamentária: **04.122.0001.6006 33 90 30 F/27 – Manutenção da cantina – Material de consumo.**

2.4. O município de Formiga (MG) regulamenta a Lei 14.133/2021 através do Decreto 9.841 de 24/01/2023, onde também se refere ao Plano de Contratações Anual (PCA) no Artigo 18.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Das obrigações da CONTRATANTE:

- a) Emitir Autorização de Fornecimento;
- b) Atestar o faturamento dos produtos contratados no documento fiscal correspondente, após rigorosa conferência e comprovada a execução, total, fiel e correta dos produtos;
- c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;
- d) Fiscalizar a entrega dos produtos, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- e) Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Estudo Técnico Preliminar;
- f) Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do(s) produto(s), inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

3.2. Das obrigações da CONTRATADA:

- a) Entregar os produtos em conformidade com a descrição técnica de igual ou superior qualidade;
- b) A entrega deverá ser efetuada mediante Autorização de Fornecimento da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, e-mail, ofício, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável;
- c) Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - Dirimir quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a sua vigência;
 - Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do objeto;

- Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Edital, e suas cláusulas, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

d) Atender prontamente às orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

f) Não transferir para a CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

g) Informar para a tesouraria do SAAE os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: saaetesouraria@hotmail.com.

h) Responsabilizar-se pela qualidade do produto, substituindo-o no prazo de até 02 (duas) horas e às próprias expensas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício, irregularidades ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes no Edital, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

i) Não haverá exigência de garantia da contratação dos Artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, pelo curto prazo da contratação e pelas suas características.

j) Não será admitida subcontratação do objeto contratual.

k) Será concedido o prazo de 02 (duas) horas ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar para anexar, na plataforma o Alvará/Licença Sanitária expedido pelo município sede da licitante;

l) Os pães deverão ser entregues no refeitório do SAAE FORMIGA, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados e pontos facultativos, na parte da manhã, na quantidade aproximada de 127 (cento e vinte e sete) pães por dia.

m) A Autarquia não aceitará produtos com aparência ou gosto de velho ou estragado.

n) A manteiga de leite deverá ser de boa qualidade e em quantidade suficiente para cobrir uma face do pão.

o) O SAAE FORMIGA fica livre para rejeitar produtos que julgar sem qualidade.

3.3. Sustentabilidade na contratação

a) Quanto aos aspectos de sustentabilidade na gestão do contrato e considerando o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, verificou-se que este objeto não possui parâmetros de sustentabilidade para serem aplicados no processo licitatório em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle. Assim, ao se exigir que a contratada se responsabilize em estar em acordo com as exigências da agência reguladora, já satisfaz as condições de sustentabilidade aplicadas a essa questão, conforme a seguir:

- Respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

3.4. Das infrações administrativas e sanções

a) Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO

Rua Antônio José Barbosa, 723– Bairro Santa Luzia – Formiga / MG

CNPJ: 16.782.211/0001-63 – (37) 3329-2758 – CEP: 35.570-660


www.saaeformiga.com.br – saaeformiga@hotmail.com

- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;
- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - * Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - * Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - * Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - * Deixar de apresentar amostra;
 - * Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- c) Fraudar a licitação;
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 2013;
- g) Com fulcro na Lei 14.133, de 2021, a Autarquia poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - Advertência;
 - Multa;
 - Impedimento de licitar e contratar
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- h) Na aplicação das sanções, serão considerados:
 - A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - As peculiaridades do caso concreto;
 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - Os danos que dela provierem para a Autarquia;
 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- i) A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo estipulado pela Autarquia, a contar da comunicação oficial, podendo ser aplicada em qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei 14.133/2021, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.

- j) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- k) Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- l) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas na alínea a) do Item 4.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- m) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas a), b), c), d) e e) f) do Item 4.4, bem como pelas infrações administrativas previstas na alínea a) do Item 4.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021.
- n) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Autarquia, descrita na alínea a) do Item 4.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- o) A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- p) Caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- q) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do seu recebimento.
- r) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- s) A aplicação das sanções previstas neste Estudo Técnico Preliminar não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da reparação integral dos danos causados.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1. A descrição, bem como o respectivo quantitativo a ser contratado está descrito a seguir:

Item	Descrição	UN	Qtde	Imagem correspondente
1	Pão de doce tipo Brasil (50 gramas). O pão deverá ser embalado separadamente em saco de papel, de maneira higiênica e ordenados, sem amassá-los. Será rejeitado o pão queimado ou mal assado. O pão deve ser fabricado com matérias-primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. O pão deve ter o tamanho padrão, sendo 12 cm de comprimento por 07 cm de largura. O pão deverá ter adicionado açúcar cristal em sua parte superior. O pão de doce tipo Brasil é o produto fabricado com farinha de trigo, açúcar, sal, margarina, ovos, reforçador e leite.	UN	34.000	

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Segundo a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, Art. 23, Parágrafo 1º,


“No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de produtos em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1(um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.

III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV – pesquisa direta feita com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal, de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	UN	Qtde	Imagem correspondente	Valor Unitário	Valor Total
1	Pão de doce tipo Brasil (50 gramas). O pão deverá ser embalado separadamente em saco de papel, de maneira higiênica e ordenados, sem amassá-los. Será	UN	34.000		R\$1,73	R\$58.820,00

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO

Rua Antônio José Barbosa, 723– Bairro Santa Luzia – Formiga / MG

CNPJ: 16.782.211/0001-63 – (37) 3329-2758 – CEP: 35.570-660

www.saaeformiga.com.br – saaeformiga@hotmail.com

rejeitado o pão queimado ou mal assado. O pão deve ser fabricado com matérias- primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. O pão deve ter o tamanho padrão, sendo 12 cm de comprimento por 07 cm de largura. O pão deverá ter adicionado açúcar cristal em sua parte superior. O pão de doce tipo Brasil é o produto fabricado com farinha de trigo, açúcar, sal, margarina, ovos, reforçador e leite.					
TOTAL					R\$58.820,00

7. ANÁLISE DE RISCO

7.1. Os possíveis riscos estão descritos no Anexo “Mapa de Riscos”.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. Com a eventual e futura aquisição de pães para os servidores do SAAE FORMIGA, espera-se:

8.1.1. Qualidade e Frescor: Espera-se que os pães sejam frescos e de boa qualidade, para garantir que os servidores recebam um alimento saboroso e nutritivo.

8.1.2. Quantidades Adequadas: Deve-se considerar a quantidade suficiente para atender a todos os servidores, evitando desperdícios ou faltas.

8.1.3. Custos e Orçamento: A aquisição deve ser feita dentro do orçamento disponível, buscando um bom custo-benefício, sem comprometer a qualidade.

8.1.4. Fornecedores Locais: Pode ser interessante considerar fornecedores locais, o que pode apoiar a economia local e garantir um fornecimento mais eficiente e fresco.

8.1.5. Procedimentos de Compra: Seguir os procedimentos administrativos e legais para a aquisição, garantindo transparência e conformidade com as normas estabelecidas.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO

9.1. Em regra, conforme inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022, as prestações de produtos deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO

Rua Antônio José Barbosa, 723– Bairro Santa Luzia – Formiga / MG

CNPJ: 16.782.211/0001-63 – (37) 3329-2758 – CEP: 35.570-660

www.saaeformiga.com.br – saaeformiga@hotmail.com

se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Espera-se com essa contratação, atender e satisfazer as demandas desta Autarquia, contribuindo com a eficácia e economicidade na referida contratação.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1. Não se vislumbram necessidades de adequações aos ambientes para a aquisição dos produtos referidos neste Estudo Técnico Preliminar.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1. Não haverá a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A Autarquia não possui o PLS – Plano de Logística Sustentável. Quanto aos aspectos de sustentabilidade na gestão do contrato e considerando o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, verificou-se que este objeto não possui parâmetros de sustentabilidade para serem aplicados no processo licitatório em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle, conforme sub-item 3.3 do Item 3. Requisitos da Contratação. A contratação é viável desde que todos os parâmetros apontados neste documento sejam atendidos.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Declaro ser favorável ao prosseguimento da contratação, considerando sua relevância e oportunidade, em relação aos objetivos estratégicos e as necessidades da área requisitante.

Formiga(MG), 21 de Agosto de 2024.

Nayara de Oliveira Lima